



## UMA ANÁLISE SOBRE A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

Maria Jucineide Araújo

*Graduanda em Letras-Instituto Federal da Paraíba. Especialista em História-Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: [jucyaraújo@hotmail.com](mailto:jucyaraújo@hotmail.com)*

Francisca Kelly Gomes Cristovam

*Graduanda em Letras-Instituto Federal da Paraíba. Mestre em História-Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: [kelly\\_cristovam@yahoo.com.br](mailto:kelly_cristovam@yahoo.com.br)*

### RESUMO

O presente estudo discute sobre o processo de escolha dos livros didáticos de História destinados aos alunos do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental II das escolas públicas brasileiras no ano de 2017, tendo como principal objetivo proporcionar leituras sobre o papel do MEC e dos educadores com relação a seleção deste material. Para tanto a metodologia desta pesquisa consistiu numa análise do Plano Nacional do Livro Didático do referido ano, no qual investigamos os aspectos que são levados em consideração para que uma coleção seja aprovada pelo o Ministério da Educação e conseqüentemente inserida no Guia do Livro Didático, para que os docentes avaliem e façam a escolha de acordo com a realidade da sua comunidade escolar. Todas essas ações promovidas pelo o MEC tem o intuito de possibilitar ao alunado ferramentas que promova a criticidade dos mesmos. Trabalhando, assim, em prol de formar alunos críticos, que não utilize aquele conhecimento adquirido pra resolver somente uma atividade proposta pelo docente, mas que comece a observar o que esta em sua volta e ao mesmo tempo questionar os acontecimentos do presente e do passado. Para tanto é necessário que os livros didáticos acompanhem as transformações promovidas pelo sistema educacional, devido que na maioria das vezes o alunado só tem acesso a leitura através do mesmo. No entanto o que percebemos é que mesmo havendo essa avaliação, os LD chegam às escolas ainda com falhas. Mas mesmo passando por essas dificuldades de elaboração, o PNLD assegura que todos os alunos das escolas brasileiras tenham acesso ao livro didático, promovendo assim a universalização do acesso ao livro.

**Palavras – Chaves:** Livro Didático, PNLD, Educação, Ensino de História.

### INTRODUÇÃO

No presente trabalho discorremos sobre o processo de escolha do livro didático de História destinado aos alunos do 6º ao 9º do Ensino Fundamental II das escolas públicas brasileiras no ano de 2017. Ao delimitar o LD<sup>1</sup> como fonte vital, nosso objetivo é

---

<sup>1</sup> LD é uma sigla que se refere ao termo Livro Didático.



proporcionar leituras sobre o papel do MEC<sup>2</sup> e dos educadores na seleção desse material didático, visto que é o principal recurso utilizado em sala de aula, tanto por professores, como por alunos.

A relevância desta pesquisa se dar devido que o livro didático é um formador de opinião e sua circulação é nacional, abrangendo os alunos da rede pública e privada, como também é fundamental para a cidadania, o ensino e a aprendizagem, pois garante a universalização da leitura, devido que muitas das vezes o alunado só tem acesso há textos que estão expressos neste material didático, portanto os mesmos possuem um papel importantíssimo no processo educativo.

## **O PAPEL DO MEC E DOS EDUCADORES NA SELEÇÃO DO LD**

O LD, ao longo do tempo foi passando por transformações estruturais, pedagógicas e de distribuição, suas mudanças decorreram da necessidade de adequar os mesmos ao novo modelo de ensino de história que surge a partir do século XX, como podemos observar no texto abaixo:

No Brasil, os livros didáticos tiveram dois momentos, os primeiros marcados por trajetórias independentes, eram utilizados de acordo com seus preços, escolhas dos professores ou reutilizados por estarem nas bibliotecas familiares e somente em no século XX, teve a sua segunda fase marcada por políticas educacionais que investiram na regulação e distribuição dos livros didáticos para as escolas públicas. (MATOS, 2012. P.9).

Essas transformações que aconteceram com relação a utilização e distribuição dos livros didáticos só foram possíveis com à criação, em 1985, do “Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, uma política educacional desenvolvida pelo o MEC que avalia, compra e distribui de forma gratuita os LD de diversas disciplinas como Português, Matemática, Ciências, História Geografia, Língua Inglesa, Língua Espanhola e etc., para as escolas que possuem o ensino básico no Brasil.

Além do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), atualmente no Brasil, há outros programas do livro<sup>3</sup>, como por exemplo, Programa Nacional do Livro Didático para a

---

<sup>2</sup> Ministério da Educação.

<sup>3</sup> É um programa criado pelo MEC (Ministério da Educação), e tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores, por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. (Caderno de Estudos do Curso Programas do Livro, 2014. P. 18).



Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA), Programa Nacional do Livro Didático para a Educação do Campo (PNLD-Campo) e Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), cada um deles tem uma determinada função.

Devido essa amplitude desses programas, delineamos tecer algumas reflexões sobre o processo de escolha dos livros didáticos com relação ao PNLD, especialmente a função do MEC e dos professores na execução do mesmo. Para tanto, buscamos expor como acontece a interligação entre o PNLD, a escola, as editoras, os professores e os alunos. Segundo Matos (2012):

A dinâmica brasileira trienal de escolha dos livros didáticos pelos professores da educação básica, estabelece-se uma forte relação entre os professores enquanto o público que seleciona o que chega as salas de aula, os editores que encomendam, produzem e lançam os livros didáticos no mercado editorial e o governo que os inclui na lista de livros a serem escolhidos pelos docentes dentro do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD (p.5).

A primeira etapa consiste no lançamento de um edital, no qual o MEC através da Secretaria da Educação Básica e da Comissão Técnica para o PNLD convoca as editoras para enviarem suas propostas de livros didáticos para o ensino regular da rede pública brasileira, as mesmas não podem de forma alguma se identificar, como também os autores que formularam os livros didáticos para essas editoras não podem possuir nenhum vínculo com o PNLD.

Após concluir esse momento, o MEC convoca o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de São Paulo para observar como está o aspecto físico do material, pois o mesmo será utilizado pelo o alunado durante quatro anos. Outro fator que também é levado em consideração é com relação a legalidade da produção, ou seja, se as editoras possuem todos os direitos autorais, pois se não estiver tudo de acordo com a lei o MEC não comprará esse material.

Com o término dessa segunda fase, iniciará a terceira que fica sobre responsabilidade da universidade escolhida, no que se refere aos LD de história os profissionais especializados da Universidade Estadual de Londrina avaliaram os diversos conhecimentos apresentados em cada coleção.

Ao concluir o seu parecer a universidade faz um relatório para o MEC, que imediatamente providência juntamente com a coordenação pedagógica de área a distribuição dos exemplares para os avaliadores de diferentes regiões brasileiras que emitem uma ficha de avaliação, na qual reprova ou aprova a coleção. E elaboram resenhas que vão ser analisadas



por um grupo de professores da rede pública brasileira, o principal objetivo deles é verificar se as coleções estão coerentes com o seu público alvo.

O próximo passo é o envio para cada escola do Guia do Livro Didático, no qual consta resenhas dos livros de História que foram aprovados pelos especialistas, para que os docentes se reúnam por área para escolherem o livro didático que se adéqua a realidade de sua escola. Para depois preencher o formulário de requisição das coleções, via internet.

Para esse livro chegar às mãos dos alunos é preciso que haja a adesão do município, que se faz a partir de um termo denominado “termo de adesão”, no qual formalizam sua participação no Programa Nacional do Livro Didático, essa documentação só precisa ser enviada uma única vez, e a quantidade de LD para cada escola é determinada pelo o censo escolar.

Além desses fatores elencados acima, há outros seis requisitos gerais que são exigidos pelo MEC para a aprovação de uma coleção de qualquer área do conhecimento, conforme apresenta o Programa Nacional do Livro Didático:

Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino fundamental. Observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano. Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados. Correção e atualização de conceitos, de informações e de procedimentos. Observância das características e das finalidades específicas do Manual do Professor e adequação da coleção à linha pedagógica nele apresentada. Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção. (2017. P.19 e 20).

Todo esse processo aplicado pelo MEC é feito com intuito de melhorar a aprendizagem do alunado brasileiro, para que estes sejam construtores do seu próprio conhecimento, além da vontade do próprio aluno e de bons professores, se faz necessário que os mesmos tenham em suas mãos materiais didáticos críticos e de qualidade, dentre esses materiais didáticos, o LD é um dos mais importantes.

Pois o livro didático é um instrumento bastante utilizado pelo o professor em sala de aula e muitas das vezes o único material para se ensinar. Os professores utilizam como manual de orientação para elaboração de suas aulas e os alunos usam para a realização de suas tarefas (exercícios, pesquisas, estudos), tornando roteiro principal, ou exclusivo, do processo de ensino aprendizagem, na escola ou em casa.



De acordo com o Guia do livro didático de História, os LD desta disciplina, ainda precisam passar por mudanças ao longo do tempo devido ao fator de apresentarem concepções tradicionais que valorizam somente as classes dominantes, e que não incentivam a criticidade do alunado em alguns momentos, conforme podemos observar no texto que esta na sequência:

É urgente e necessária a desconstrução de noções acerca do livro didático como veiculador de uma verdade absoluta, repositório de toda a informação sobre o passado, informação essa que deve ser prontamente memorizada pelos educandos, em sequências lineares que dispensam a análise de processos. Essa representação está relacionada à ideia de aprendizagem como transmissão de conteúdos alijados do cotidiano dos estudantes, descolados da vivência temporalmente situada. (GUIA DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA, 2017. P. 12).

Outro fator a se levar em consideração é com relação à situação do alunado que receberá esse material didático, visto que esse público está no processo de aprendizagem mais significativa, na qual deve se exercitar e refletir sobre os acontecimentos que decorrem em sua volta e ao mesmo tempo associá-lo com o passado, e de acordo com o PCN o docente pode assumir a objetividade metodológica de como ensinar História, ou seja, selecionar os conteúdos que vão compor o currículo de cada ano.

Segundo Tomaz Tadeu “[...] currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimento e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir [...]” (1999, p. 15). Nesta perspectiva, a cada ano do ensino é destinado um currículo, no qual é constituído por seus respectivos conteúdos para serem ministrados.

Esses currículos não são efetivos, pelo contrário, são flexíveis e sujeitos a constantes mudanças, visto que a Educação precisa acompanhar as transformações que são decorrentes da sociedade. Foi através dessa necessidade de ampliação e modificação no currículo educacional brasileiro, que surgiu em 1998 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com o objetivo de assessorar a sociedade nessa construção de novos saberes.

Para Paulo Renato Souza<sup>4</sup>, “os PCN foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. [...]” (Parâmetros curriculares nacionais. 1998. p.5).

---

<sup>4</sup> Ministro da Educação e do Desporto na época (1997) que foi elaborado os PCN - Parâmetros curriculares nacionais.



Mas nem sempre o Ensino de História proporcionou essa liberdade para seus educadores e educandos, essa nova concepção de ensino só foi possível a partir do século XX, no qual a sociedade passava por transformações políticas, culturais e sociais.

A partir desse momento há uma maior abertura do ensino, que anteriormente reprimia as opiniões, sendo assim, nas escolas brasileiras era comum o alunado serem passivos e receptivos dos conteúdos ministrados, não tinha a intenção de se formar cidadãos críticos, que futuramente pudessem questionar o sistema.

De acordo com essa perspectiva, o PCN de história coloca que o papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades expande ainda mais no início do novo milênio e sinaliza para a importância de se edificar uma escola voltada para a formação de cidadãos. Trabalhando, assim, em prol de formar alunos críticos, que não utilize aquele conhecimento adquirido pra resolver uma atividade proposta pelo docente, mas que começa a observar o que esta em sua volta e ao mesmo tempo questionar os acontecimentos do presente e do passado.

E dependendo do livro adotado, os alunos terão em mãos textos não condizentes com uma metodologia pedagógica interativa, contemporânea e atualizada com a nossa realidade. Por isso os LD, em pleno século XXI ainda sofrem diversas críticas por parte de muitos profissionais da educação, em especial os professores que questionam muito sobre a elaboração deste material didático que é disponibilizado pelo MEC para o alunado.

Não havendo um consenso por parte dos docentes com relação a sua elaboração, no qual há questionamentos na forma como alguns conteúdos são abordados ou até mesmo deixados de ser abordados. A maioria dos livros didáticos da disciplina de História relata os fatos de forma linear como se os acontecimentos não tivessem um entrelaçamento entre ambos.

Um dos questionamentos proferidos pelos educadores da Região Nordeste é com relação a diversas lacunas que são deixadas com relação a história dessa localidade, privilegiando mais os acontecimentos que foram deferidos em outras regiões brasileiras, como também dão ênfase as histórias dos povos europeus ditos como os “civilizados”, sendo assim, acabam deixando a margem os nordestinos, os indígenas, os africanos, entre outros.

Essa análise é proporcionada pelo PNLD através do Guia do Livro Didático de História, a cada período de escolha o MEC envia para as escolas brasileiras esse documento no intuito de assessorar os professores nas escolhas dos livros didáticos que serão utilizados pelo o alunado durante quatro anos.

De acordo com o PNLD 2017 foram distribuídas 14 coleções da disciplina de História nas escolas públicas brasileiras, para serem analisadas pelos os docentes de cada instituição, e



consequentemente colocar no site do MEC as que foram escolhidas, pois o Ministério da Educação solicitada que cada entidade escolar apresente duas opções de coleções para cada disciplina. Vejamos abaixo o nome de cada coletânea de História que foi lançada pelo PNLD 2017.

**TABELA 1:** Coleções de História aprovadas pelo o PNLD – 2017

Coleções de História aprovadas pelo o PNLD – 2017
<b>Historiar</b> de Gilberto Cotrim Jaime Rodrigues
<b>Projeto Mosaico – História</b> de Cláudio Vicentino José Bruno Vicentino
<b>Vontade de Saber – História</b> de Adriana Dias, Keila Grinberg, Marco Pellegrini
<b>Projeto Araribá – História</b> de Maria Raquel Apolinário
<b>História Para Nosso Tempo</b> de Flávio Berutti
<b>Estudar História: das Origens Do Homem À Era Digital</b> de Patrícia Ramos Braick
<b>História Nos Dias De Hoje</b> de Flávio de Campos, Miriam Dolhinikoff, Regina Claro
<b>Projeto Teláris – História</b> de Gislane Azevedo, Reinaldo Seriacopi
<b>Projeto Apoema – História</b> de Renato Mocellin, Rosiane de Camargo
<b>História.Doc</b> de Daniela Buono Calainho, Jorge Ferreira, Ronaldo Vainfas, Sheila De Castro Faria
<b>Piatã – História</b> de Carla Maria Junho Anastasia, Vanise Maria Ribeiro
<b>História, Sociedade &amp; Cidadania</b> de Alfredo Boulos Júnior
<b>Jornadas.Hist – História</b> de Maria Luísa Vaz, Silvia Panazzo
<b>Integralis – História</b> de Célia Cerqueira, Maria Aparecida Pontes, Pedro Santiago

**FONTE:** PNLD 2017

Essas coleções de História do Fundamental II são formadas por quatro livros, cada um é destinado para uma série distinta, ou seja, para o sexto ano, sétimo ano, oitavo ano e nono ano. Os critérios avaliados pelos os especialistas convocados pelo o MEC são os seguintes: manual do professor, componente curricular, proposta pedagógica, formação cidadã e projeto gráfico- editorial.

Após essa avaliação é formulada uma resenha de cada coletânea, na qual consta o nome da coleção, do autor (es) e da editora; fotocópia da capa e uma apresentação geral da obra, mostrando o sumário de cada livro e a quantidade de páginas dos mesmos. Outro



aspecto contemplado nesse texto é com relação a proposta pedagógica dos LD, ou seja, as sugestões que são colocadas para trabalhar os assuntos em sala de aula.

Além de todas essas questões elencadas acima, o PNLD traz considerações sobre a abordagem ou não da cultura da África, afro-brasileira e indígena nos diferentes níveis de ensino, ou seja, se atende às determinações legais das leis 10.639 e 11.645 que obriga a inclusão no currículo a história e cultura afro-brasileira e a história e cultura dos povos indígenas, respectivamente. Essas análises são feitas tanto nos LD destinados aos alunos, como para os docentes.

## **CONCLUSÃO**

Com esta pesquisa observamos que o livro didático é o principal recurso utilizado em sala de aula, não somente pelos alunos, mas também pelos professores, que na maioria dos casos é o único material didático de suas aulas.

Como também os mesmos passam por um processo avaliativo, diante ao MEC, no qual é analisado o manual do professor, componente curricular, proposta pedagógica, formação cidadã e projeto gráfico- editorial.

Após essa avaliação do MEC elabora O Guia do Programa Nacional do Livro Didático, no qual traz resenhas acerca dos livros habilitados para serem utilizados por alunos e professores nas escolas brasileiras.

Mas o que percebemos é que mesmo havendo essa avaliação feita pelo Ministério da Educação, não é sinônimo de que os LD chegam às escolas trazendo propostas pedagógicas inovadoras, principalmente no que se refere a de história de povos tidos como “inferiores”.

No entanto mesmo com todas as falhas elencadas acima, os LD possibilita um processo de democratização do ensino no nosso país, pois distribui 43 milhões de exemplares desse material, possibilitando que os estudantes da rede pública tenha acesso há leitura.

Sendo assim, O livro didático é fundamental para o processo ensino aprendizagem e para construção da cidadania, no qual cada cidadão tem o direito de ter acesso a uma educação de qualidade, para si e para seus filhos, que deve ser promovida pelo Estado. O PNLD assegura que todos os alunos das escolas brasileiras tenham acesso ao livro didático, mesmo passando por grandes dificuldades de elaboração e distribuição garante a permanência dos alunos nas escolas, como também a universalização do acesso ao livro.





## REFERÊNCIAS

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história** /Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998. 108 p.

**Caderno de Estudos do Curso Programas do Livro - PLi/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.** 5a ed., atual. - Brasília: MEC, FNDE, 2014.

**Guia de livros didáticos: PNLD 2017: história - Ensino fundamental anos finais** / Ministério da Educação - Secretária de Educação Básica - SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2016. 140 p.

MATOS, Júlia Silveira. **Os livros didáticos como produtos para o ensino de história: uma análise do Plano Nacional do Livro – PNLD.** 20p. Disponível: <http://www.seer.furg.br/hist/article/view/3268/1945>. Pesquisado em:26 de fevereiro de 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidades: uma introdução às teorias do currículo**/ Tomaz Tadeu da Silva. – Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 156 p.